



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
RIBEIRÃO PIRES**

**QUARTO TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE CONFISSÃO,  
CONSOLIDAÇÃO E REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS Nº 546/2021**

**TERMO ADITIVO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE CONFISSÃO, CONSOLIDAÇÃO E REFINANCIAMENTO DE DÍVIDAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, REPRESENTADA PELO BANCO DO BRASIL S/A, E O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES, COM A INTERVENIÊNCIA DO BANCO DO BRASIL S/A, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.185-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, NA LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 27 DE MAIO DE 2020, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 178, DE 13 DE JANEIRO DE 2021, E NA LEI MUNICIPAL Nº 6.697 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021.**

A **UNIÃO**, representada por seu agente financeiro, o Banco do Brasil S.A., com sede em Brasília (DF), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica-CNPJ sob o nº 00.000.000/0001-91, doravante designado **AGENTE**, representado, neste ato, pelo administrador de sua Agência, Ronaldo Hirotugui Guibo, gerente geral, brasileiro, portador do CPF nº 251.507.218-67 e da CNH nº 00814956245 Detran-SP, e o Município de **RIBEIRÃO PIRES**, doravante designado **MUNICÍPIO**, representado, neste ato, por Clóvis Volpi, Prefeito, com a interveniência do Banco do Brasil S.A., na qualidade de depositário das receitas do **MUNICÍPIO**, doravante designado **DEPOSITÁRIO**, representado neste ato pelo administrador de sua Agência, Ronaldo Hirotugui Guibo, considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 173, de 2020, têm entre si justo e acordado aditar e ratificar o Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas e aditivos, celebrado entre a **UNIÃO** e o **MUNICÍPIO**, sob a égide da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001 e da Lei Municipal nº 6.697 de 02 de dezembro de 2021.

**CONSIDERANDO QUE:**

I. a alínea b, inciso I, § 1º, do artigo 1º da Lei Complementar nº 173, de 2020, suspendeu os pagamentos das dívidas contratadas entre, de um lado, a **UNIÃO**, e de outro, os Municípios, com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001;



## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**

II. o § 2º do artigo 1º da Lei Complementar nº 173, de 2020, prevê que as medidas previstas no inciso I do § 1º do mesmo artigo são de emprego imediato, ficando a **UNIÃO** autorizada a aplicá-las aos respectivos contratos de refinanciamento, ainda que previamente à celebração de termos aditivos ou outros instrumentos semelhantes;

III. o artigo 14º da Lei Complementar nº 178, de 13/02/2021, alterou a Lei Complementar nº 173, de 27/05/2020, em seu artigo 2º com a inclusão do § 7º, autorizando a celebração deste aditivo contratual até 31/12/2021,

IV. O MUNICÍPIO encontra-se autorizado a celebrar o presente Termo Aditivo pela Lei Municipal nº nº 6.697 02 de Dezembro de 2021.

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo Aditivo nas seguintes condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente aditivo tem por objeto alterar e ratificar, na forma das cláusulas seguintes, o Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas celebrado entre a **UNIÃO** e o **MUNICÍPIO**, sob a égide da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, da Lei Municipal nº 6.697 02 de Dezembro de 2021, e aditivos posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – INCLUSÃO DE CLÁUSULAS** – As partes, de comum acordo, convencionam incluir as seguintes cláusulas ao contrato ora aditado:

**“CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA** – Fica suspenso, no período de 1º de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020, o pagamento de dívidas decorrentes do contrato de refinanciamento de dívidas celebrado com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

**Parágrafo Primeiro** - Os valores não pagos serão apartados e incorporados aos respectivos saldos devedores em 1º de janeiro de 2022, devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, para pagamento pelo prazo remanescente de amortização dos contratos.

**Parágrafo Segundo** - Os valores eventualmente pagos entre 1º de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020 serão apartados do saldo devedor e devidamente atualizados pelos encargos financeiros contratuais de adimplência, com destinação exclusiva para o pagamento das parcelas vincendas a partir de 1º de janeiro de 2021.

**Parágrafo Terceiro** - De 1º de março a 31 de dezembro de 2020 a **UNIÃO** ficará impedida de executar as garantias das dívidas decorrentes dos contratos de refinanciamento celebrados com os Municípios com base na Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001.

**Parágrafo Quarto** - Enquanto perdurar a suspensão de pagamentos referida no caput, fica afastado o registro do nome **MUNICÍPIO** em cadastros restritivos em decorrência, exclusivamente, dessa suspensão.

**Parágrafo Quinto** - Os efeitos financeiros do disposto no caput desta cláusula retroagem a 1º de março de 2020.”



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
RIBEIRÃO PIRES**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O **AGENTE** fará jus à Taxa de Aditamento no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser paga em parcela única, no ato da formalização do Termo Aditivo.

**Parágrafo Primeiro** - O **MUNICÍPIO** autoriza o **AGENTE**, em caráter irrevogável e irretratável, independentemente de qualquer aviso prévio ou notificação, a efetuar o débito da Taxa de Aditamento na mesma conta indicada para débito das prestações do refinanciamento.

**Parágrafo Segundo - Comissão de Administração** - fica mantido o pagamento de comissão de administração do agente financeiro prevista nas cláusulas do Contrato ora aditado, inclusive no período de suspensão objeto do presente Aditivo, nas condições originalmente pactuadas, pela continuidade dos serviços de acompanhamento e controle da dívida do contrato de refinanciamento.

**CLÁUSULA QUARTA** – Ficam mantidas as demais condições não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA** – O **AGENTE** providenciará a publicação de Extrato deste Termo Aditivo no Diário Oficial da União, às expensas do **MUNICÍPIO**.

**CLÁUSULA SEXTA** – Fica eleito o foro da comarca de Brasília, Seção Judiciária Federal, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em três vias, de igual teor e forma, para o mesmo efeito de direito.

Ribeirão Pires, 20 de Dezembro de 2021.

**MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PIRES**  
**CLÓVIS VOLPI**  
**Prefeito**

**BANCO DO BRASIL S/A**  
**Ronaldo Hirotugui Guibo**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
RIBEIRÃO PIRES**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
(CONTRATOS)**

CONTRATANTE: Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CONTRATADO: Banco do Brasil S/A.

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): 546/2021

OBJETO: Alterar e ratificar o Contrato de Confissão, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas celebrado entre a UNIÃO e o MUNICÍPIO, sob a égide da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, da Lei Municipal nº 6.697 02 de Dezembro de 2021.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP - CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA: Ribeirão Pires, 20 de Dezembro de 2021.**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: Clóvis Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 040.664.058-00



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE  
RIBEIRÃO PIRES**

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: Clóvis Volpi

Cargo: Prefeito

CPF: 040.664.058-00

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: Ronaldo Hirotugui Guibo

Cargo: Gerente Geral de Unidade

CPF: 251.507.218-67

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: Eduardo Monteiro Pacheco

Cargo: Secretário de Finanças e Administração

CPF: 267.450.128-63

Assinatura: \_\_\_\_\_